

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2015

O INSTITUTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE - IPESAÚDE, autarquia estadual, constituída como pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ sob o nº 08.042.554/0001-63, com sede na Rua Campos, nº 177, Bairro São José, Aracaju/SE, pelo seu Diretor-Presidente, torna público, para ciência dos interessados, **EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS**, com o objetivo de complementar a assistência médica aos beneficiários deste Plano de Saúde, de acordo com o art. 5º, VIII, da Lei Estadual nº 5.853, de 20 de março de 2006, nos moldes da Lei Federal nº 8.666/93, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

Considerando que as condições para execução do objeto são universais e, portanto, a prestação dos serviços dar-se-á em igualdade de condições e o preço a ser pago será o mesmo para todos os interessados em igualdade de condições, extingue-se a competitividade, caracterizando situação de Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no Caput do art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93. Desta forma, o Credenciamento apresenta-se como a forma mais adequada de atender o objeto em questão, por conceder tratamento isonômico a todos os pretensos credenciados.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital destina-se a credenciar PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES (CONSULTAS, MÉTODOS DIAGNÓSTICOS E TRATAMENTOS) E NAS ÁREAS DE PSICOLOGIA, FONOAUDIOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL, FISIOTERAPIA, ODONTOLOGIA, REMOÇÃO DE PACIENTES E ASSISTÊNCIA DOMICILIAR (HOME CARE), na forma discriminada neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente edital tem ainda, a finalidade de credenciar os estabelecimentos de saúde que atualmente mantêm contrato com o Ipesaúde, na forma de credenciamento, a fim de estabelecer uma relação transparente e adequada às atuais normas e diretrizes da prestação de serviços de saúde do país.

1.2.1. As empresas atualmente credenciadas pelo Ipesaúde devem se submeter ao presente processo de credenciamento, a fim de se adequarem à nova realidade contratual, cumprindo todos os requisitos do presente edital. Caso não manifestem interesse no credenciamento, todos os contratos vigentes serão rescindidos unilateralmente, por motivo de interesse público no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação do edital.



2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO PRAZO

2.1. Poderão se credenciar todas as pessoas jurídicas que atenderem às exigências constantes deste Edital e seus anexos.

2.2. Fica permitido o credenciamento a qualquer tempo, iniciando-se a partir do dia **29 de dezembro de 2015, em dias úteis, no horário das 08h às 17h, bastando, para tanto, comprovar o atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital, com a entrega da documentação exigida nos itens 3 e 4 do respectivo Edital, bem como nos anexos inerentes a cada serviço de saúde, no setor de protocolo do Ipesaúde, localizado à Rua Campos, nº 177, Bairro São José, Aracaju/SE.**

2.3. Em situações devidamente justificadas e com prévia publicação em Diário Oficial do Estado, o Ipesaúde poderá suspender o credenciamento de novas empresas.

2.4. Estão impedidos de se credenciar as pessoas jurídicas que tenham sido sujeitas à aplicação da penalidade de suspensão temporária de contratar com a Administração Estadual, pelo prazo da suspensão, ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, pelo prazo da declaração de inidoneidade.

3. DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO

3.1 Para fins de credenciamento, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação, em via original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração pública, em órgão da imprensa oficial, salvo os documentos gerados automaticamente por sistemas disponíveis na Internet, desde que a sua veracidade possa ser conferida também pela Internet:

3.1.2. Quanto à habilitação jurídica:

3.1.2.1. Contrato Social;

3.1.2.2. Cadastro no CNPJ - Cadastro Nacional de pessoa jurídica;

3.1.2.3. Inscrição Estadual/Municipal, se houver;

3.1.2.4. Alvará de Localização e Alvará Sanitário de Funcionamento;

3.1.2.5. Registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

3.1.3. Quanto à habilitação técnica:

3.1.3.1. Certificado de Inscrição do responsável técnico no respectivo Conselho;

3.1.3.2. Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no respectivo Conselho;

3.1.3.3. Indicação do(s) representante(s) legal(is), acompanhado da documentação a seguir relacionada Carteira de Identidade e do CPF;

3.1.3.4. Relação do corpo clínico, contendo: nome, especialidade e número de registro no respectivo Conselho;

3.1.3.5. Escala de serviço por especialidade (capacidade produtiva).

3.1.4. Quanto à regularidade fiscal:

3.1.4.1. Certidão de regularidade relativa a débitos municipais;

3.1.4.2. Certidão de regularidade relativa a débitos estaduais;

gm.

3.1.4.3. Certidão conjunta de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;

3.1.4.4. Certidão de regularidade relativa a contribuições previdenciárias - INSS;

3.1.4.5. Certidão de regularidade do FGTS;

3.1.4.6. Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT.

3.1.5. As pessoas jurídicas deverão, ainda, prestar as seguintes Declarações:

3.1.5.1. Declaração de que seus sócios e diretores não ocupam cargo, emprego ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança no Ipesaúde nos termos do artigo 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

3.1.5.2. Declaração expressa de que aceita prestar os serviços descritos neste edital pelos valores da Tabela Própria do Ipesaúde;

3.1.5.3. Declaração expressa de que possui capacidade técnica, produtiva e física instalada para a execução direta dos serviços ora credenciados, nos termos das especificações detalhadas nos termos de referência pertinentes a cada serviço de saúde cujo texto faz parte deste edital, sendo vedada a sua transferência a terceiros, salvo em casos excepcionais, justificados tecnicamente e autorizados expressamente pela credenciante;

3.1.5.4. Declaração expressa de que suas instalações físicas atendem às Normas de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos de acordo com a NBR 9050/2004;

3.1.5.5. Declaração expressa de que não possui empregado menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezoito anos, nos termos do Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93;

3.1.5.6. Declaração expressa de que não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.1.5.7. Declaração expressa de que inexistente fato impeditivo para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

4.1. As pessoas jurídicas interessadas em participar do presente credenciamento deverão entregar, a partir de **29 de dezembro de 2015, em dias úteis, no horário das 08:00h às 17:00h, no protocolo do Ipesaúde, localizado na Rua Campos, nº 177, Bairro São José, Aracaju/SE**, envelope lacrado, contendo:

4.1.1. O REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO, conforme modelo constante do ANEXO II deste Edital, devidamente preenchido e assinado, contendo a relação dos serviços que pretende credenciar junto ao Ipesaúde, identificados pelo nome, respectivo código (Tabela Própria do Ipesaúde), local onde cada serviço será executado e escala de serviço;

4.1.2. A DECLARAÇÃO CONJUNTA (modelo constante do ANEXO III deste Edital), devidamente preenchida e assinada;

- 4.1.3** Toda documentação de habilitação jurídica, de habilitação técnica e de regularidade fiscal, conforme item 3 deste Edital.
- 4.2.** Os documentos citados no item anterior deverão ser apresentados encadernados, com índice que obedeça à sequência mencionada no item 3 deste Edital.
- 4.3** O envelope deve ser identificado na parte externa, com o seguinte:

À GECONC / PROJUR

- CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES (CONSULTAS, MÉTODOS DIAGNÓSTICOS E TRATAMENTOS) E NAS ÁREAS DE PSICOLOGIA, FONOAUDIOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL, FISIOTERAPIA, ODONTOLOGIA, REMOÇÃO DE PACIENTES E ASSISTÊNCIA DOMICILIAR (HOME CARE).

- EDITAL Nº 02/2015

- IDENTIFICAÇÃO (RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO DA PESSOA JURÍDICA

5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

- 5.1.** Os envelopes contendo o requerimento de credenciamento e demais documentos exigidos neste Edital serão analisados pela PROJUR, no prazo de 15 (dez) dias úteis, contados da data de entrada via protocolo.
- 5.2.** Após a análise, a requerente será comunicada do resultado do julgamento pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento (AR), no endereço informado na parte frontal do envelope “remetente”, sendo, na ocasião, concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso.
- 5.3.** Transcorrido o prazo sem apresentação de recurso ou após julgados os que vierem a ser interpostos, a requerente habilitada será submetida à inspeção técnica, nos termos do item 6 e Anexo IV deste Edital, em data previamente definida pelo Ipesaúde e comunicada ao interessado pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento (AR).
- 5.4.** As empresas habilitadas poderão, de acordo com a necessidade do Ipesaúde, ser convocadas a assinar Termo de Credenciamento provisório, até a decisão definitiva que se dará pela conclusão da fase de inspeção técnica (vistoria).

6. DA INSPEÇÃO PARA AVALIAÇÃO TÉCNICA

- 6.1.** As empresas habilitadas na forma do item 5 deste Edital serão inspecionadas por representante da Diretoria de Assistência à Saúde – DIRAS, para avaliar:
- 6.1.1.** o cumprimento das regras definidas neste edital quanto às condições técnicas e operacionais do estabelecimento de saúde, bem como a sua capacidade operacional, quantidade e estado de conservação das instalações/equipamentos;

947

- 6.1.2.** a perfeita observância às exigências da ANVISA, outras agências nacionais de controle e segurança, Conselhos, e demais instituições ou órgãos fiscalizadores e regulamentares pertinentes ao serviço que será credenciado;
- 6.2.** Após a análise, a empresa será comunicada do resultado da inspeção pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento (AR), iniciando-se, a partir dessa data, o prazo dado pelo Ipesaúde para adequação do estabelecimento, se for o caso.
- 6.3.** A qualquer tempo, a constatação de inadequação técnica do estabelecimento é motivo ensejador de rescisão unilateral de contrato.

7. DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

- 7.1** O Ipesaúde reserva-se ao direito de somente convocar para assinatura do termo de credenciamento as pessoas jurídicas habilitadas para o serviço cuja demanda se mostre necessária, condicionada à manifestação favorável de viabilidade orçamentária e financeira.
- 7.2.** Havendo a necessidade/possibilidade de contratação, a empresa habilitada será convocada pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento (AR), para assinar Termo de Credenciamento no prazo de até 10 (dez) dias da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.
- 7.3.** Assinado o termo, será providenciada a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Sergipe, como condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.
- 7.4.** O credenciado deverá manter, durante toda a execução da avença, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital e seus anexos, em especial quanto à especificidade de cada serviço detalhado nos termos de referência.

8. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1.** O Ipesaúde, através da Central de Marcações, será responsável pela análise e autorização dos procedimentos junto à rede credenciada, por meio de guias autorizadas.
- 8.2.** Para os procedimentos Fisioterapêuticos, as referidas autorizações serão emitidas pelo Centro de Reabilitação Maria Virgínia Leite Franco, localizado na Rua Dom José Thomaz nº 339, Bairro São José, Aracaju/SE.
- 8.3.** Para a prestação dos serviços, o credenciado deverá exigir do beneficiário, a apresentação indispensável da seguinte documentação:
- 8.3.1** Prescrição médica original, contendo identificação do beneficiário, identificação do médico, CRM e CID;
 - 8.3.2** Guia autorizada;
 - 8.3.3** Carteira do Plano Ipesaúde, na validade;
 - 8.3.4** Documento de Identificação com foto.
- 8.4.** Todo procedimento realizado pela rede credenciada sem a apresentação da documentação descrita acima será de responsabilidade do credenciado, inexistindo qualquer ônus para o Ipesaúde.

9. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

9m)

9.1. Os serviços serão pagos de acordo com os valores especificados na Tabela Própria do Ipesaúde; entendido, este preço, como justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

9.1.1. Em caso de necessidade de atualização da Tabela vigente, as alterações deverão ser autorizadas pelo Conselho Deliberativo, e disponibilizadas no site do Ipesaúde para acesso aos credenciados, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe.

9.2. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pelo Ipesaúde em moeda corrente nacional, devendo ocorrer após a execução dos serviços, em até 30 (trinta) dias da apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal descritas no item 3.1.4. deste edital.

9.3. As faturas remetidas ao Ipesaúde em prazo superior a 90 (noventa) dias da realização do procedimento ou da alta hospitalar serão rejeitadas.

9.4. As autorizações emitidas e cobradas pelos credenciados poderão ser auditadas pelo Ipesaúde a qualquer tempo, de forma integral ou por amostragem.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A inobservância pela credenciada de cláusulas ou obrigações constantes do presente edital e seus anexos, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o Ipesaúde, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso as seguintes penalidades contratuais:

10.1.1. advertência;

10.1.2. multa;

10.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

10.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. As sanções mencionadas nos subitens anteriores não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato administrativo, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

10.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas dos contratos celebrados.

10.4. A multa aplicável será de:

10.4.1. 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;

10.4.2. 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de execução, calculados sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 10.4.1;

10.4.3. 10% (dez por cento):

a) pela recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido;

b) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato; e/ou

c) pela recusa injustificada em prestar total ou parcialmente o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

02)

10.4.4. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente à credenciada devidos ou cobrada judicialmente.

10.5. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo da prestação do serviço, se dia de expediente normal no Ipesaúde, ou do primeiro dia útil seguinte.

10.6. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.

10.8. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstam a participação em licitação e a contratação com a Administração, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

10.8.1. por 6 (seis) meses, nos casos de:

- a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;
- b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.

10.8.2. por 12 (doze) meses, nos casos de:

- a) retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

10.8.3. por 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

- a) entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- b) paralisação de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;
- c) praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos de licitação no âmbito do Ipesaúde; ou
- d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

10.9. Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, por tempo indeterminado, o fornecedor que:

- a) não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados neste edital; ou
- b) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.

10.9.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

10.9.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeitos em relação tanto à Administração Direta, Autárquica e

Fundacional, às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Sergipe, quanto à Administração Pública da União, demais Estados, Municípios e Distrito Federal.

10.10. Em qualquer hipótese é assegurado à credenciada amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da contratação correrão a conta dos recursos específicos para o exercício 2016:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
152041	04.302.0035	668	3.3.90.39.50	270

12. DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

12.1. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de assinatura, condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado até o 5º dia útil subsequente, podendo ser prorrogado em face da conveniência da Administração até o limite de 60 (sessenta) meses, suspenso ou rescindido a qualquer tempo, por motivo de interesse público, devidamente justificado, nos termos da Lei nº 8.666/93.

12.2. Durante a vigência do contrato não haverá correção ou reajuste, salvo em caso de alteração do valor fixado pela Tabela Própria do Ipesaúde, por Resolução aprovada pelo Conselho Deliberativo.

13. DO DESCREDENCIAMENTO/RESCISÃO

13.1. Constituem motivo para o credenciamento:

- a) Deixar de promover a atualização dos documentos de habilitação ou incorrer em situação de irregularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica, ou fiscal do credenciado;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional do trabalho;
- d) Nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93;
- e) Pedido do credenciado, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13.2 Da decisão de credenciamento, que deverá ser devidamente motivada pelo Ipesaúde, caberá defesa no prazo de 10 dias úteis, como garantia do credenciado ao direito do contraditório, sendo avaliadas suas razões em igual prazo.

13.3 O credenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal n 8.666/93.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ass.

14.1. Este edital estará à disposição dos interessados no mural do **Setor de Protocolo do Ipesaúde nos dias úteis, das 08:00h às 17:00h, e na Internet, para *download*, no endereço eletrônico www.ipesaude.se.gov.br, com extrato publicado no Diário Oficial do Estado.**

14.2. Consultas poderão ser formuladas pelo telefone (79) 3226-2768 (GECONC/PROJUR).

14.3. Todas as referências de tempo previstas no Edital observarão obrigatoriamente o horário local (Aracaju/SE).

14.4. É dada ao Ipesaúde a prerrogativa de revogar o credenciamento por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, na forma do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.5. Nenhuma indenização será devida às participantes pela manifestação de interesse ou pela apresentação de documentos no presente credenciamento.

14.6. É facultada à GECONC/PROJUR do Ipesaúde, em qualquer fase do credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.7. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência, por Serviço;


Anexo II – Requerimento de Credenciamento;

Anexo III – Declaração Conjunta;

Anexo IV – Instrumento para Avaliação Técnica (Vistoria);

Anexo V – Minuta de Termo de Credenciamento (Contrato).

Aracaju, 23 de dezembro de 2015.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Christian Oliveira".

CHRISTIAN OLIVEIRA
Diretor Presidente do Ipesaúde

A small, stylized handwritten mark or signature in blue ink.



INSTITUTO DE PROMOÇÃO E DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE
SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE - IPESAÚDE

AVISO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2015

O INSTITUTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE - IPESAÚDE, autarquia estadual, constituída como pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ sob o nº 08.042.554/0001-63, com sede na Rua Campos, nº 177, Bairro São José, Aracaju/SE, pelo seu Diretor-Presidente, torna público, para ciência dos interessados, **EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS**, com o objetivo de complementar a assistência médica aos beneficiários deste Plano de Saúde, de acordo com o art. 5º, VIII, da Lei Estadual nº 5.853, de 20 de março de 2006, nos moldes da Lei Federal nº 8.666/93, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos. Os interessados em credenciar ou manter credenciamento com o Ipesaúde poderão acessar o inteiro teor do Edital de Credenciamento nº 02/2015 no site www.ipesaude.se.gov.br, a partir do dia 29 de dezembro de 2015.

Aracaju, 28 de dezembro de 2015.

CHRISTIAN OLIVEIRA
Diretor Presidente do Ipesaúde

Protocolo de recebimento de matéria

O GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE declara que recebeu nesta data a matéria abaixo para publicação:

Identificação do REMETENTE:

Cliente: IPESAÚDE INST. DE PROM. DE ASSIST. A SA

Publicador: Viviane Cristina Barros da Silva

Data/Hora recebimento: 28/12/2015 12:06:51

Identificação da MATÉRIA:

Número: 71814

Título: Aviso - Edital Credenciamento 2015

Categoria: LICITAÇÕES (AVISOS)

Colunas: 3

Data(s) de publicação: 29/12/2015

Centimetragem (cm²)	Valor Unitário p/ cm²	Valor Total
98.10	R\$3.38	R\$331.58

O próximo ao servidor **JOSE ARIVALDO DIAS SANTA ROSA**, Médico, C.P.F. Nº 303.326-15, lotado no S.P.A. A partir de 20/12/2015, por um período de 02 (dois) meses.
Portaria Nº 372/2015 – Considero 01 (um) mês de Licença Prorrogada ao servidor **LUIZ CARLOS DOS SANTOS**, Motorista, C.P.F. Nº 150.099.205-49, lotado no Setor de Transportes, a partir de 20/12/2015, por um período de 30 (trinta) dias.
 Aracaju, 18 de Dezembro de 2015.
 PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CHRISTIAN OLIVEIRA
DIRECTOR PRESIDENTE

Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde dos Servidores
do Estado de Sergipe

RATIFICADO: 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

AVISO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 17/2015

100

JOSÉ MACÉDO SOBRAL
Secretário de Estado da Saúde

Ipésaúde

Ipesauê

O Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde do Servidores do Estado do Sergipe - **IPESAÚDE**, através do seu Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na lei 5.653 de 26 de março de 2006 e tendo em vista a deliberação da Diretoria Executiva abaixo assinada, **DEZEN- BR012815**:

ISRO12015:
Portaria nº 35/2015 – Conceder 01 (um) mês de Licença Prêvia ao servidor **EDNA MARIA CARDOSO MOTTI**, matrícula C.F.P. nº 363.046.905-67, inscrito no Centro Osteopático, a partir de 01/12/2015, por um período de 30 (trinta) dias.

CHRISTIAN OLIVEIRA
Diretor Presidente

Edna Maria Cardoso Motta, 38 anos, é servidora pública e mora em São Paulo.

AVISO DE EXTRAVIO DE DOCUMENTOS

BARRA VENITO MODA SURF WEAR LTDA - ME - CNPJ: 16.871.983/0001-71, inscrita no CNPJ 27.137.987-4, com sede na Rua Exaltado o Livro Registro de Termos de Ocorrência nº 1, em 09.12.2015, Aracaju/SE, 23.12.2015. Matheus Santos Brito - Socio Administrador

AVISO DE EXTRAVIO DE DOCUMENTOS

GRAVADAS FASHION MODA LTDA - ME - CNPJ: 16.065.830/0001-22, InscrEstadual 27.137.988-0, inscrita no IPI para Extração o Livro Registro de Termos de Ocorrência nº 1, em 06.12.2015, Aracaju/SE, 23.12.2015 Maitheus Santos Asses - Sócio Administrador

Associação de Produtores Rurais da Comunidade Brasileira, s/n, Área Rural, Faz. Santa Inês e Santa Inácia II, Zona Rural, Caribé/6 de São Francisco/SE, livro público que RECEBEU da ADEMA, a Licença Simplificada nº 216/2015, válido até 31/12/2020, para o Assentamento Rural.

Empresa M Molas Petas e Serviços LTDA-ME inscrita no
NPJ do n. 22.475.869/0001-25 situada na Rua "L", 20 - São

Segrase

9 MILA PROPRIA, 227 CENTRO, ANACAPULCERQUE

TELEPHONE (79) 3206-7480
E-MAIL: SFRASE@SEGLASINE.GOV.RO

CNPJ: 13.585.519/0001-61



Ipesaúde

Segunda, 28 de dezembro de 2015

Destaque

Pesquisa avançada

OK

EDITAL DE CREDENCIAMENTO No 02/2015**AVISO****EDITAL DE CREDENCIAMENTO No 02/2015**

O INSTITUTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE - IPESAÚDE, autarquia estadual, constituída como pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ sob o nº 08.042.554/0001-63, com sede na Rua Campos, nº 177, Bairro São José, Aracaju/SE, pelo seu Diretor-Presidente, torna público, para ciência dos interessados, EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, com o objetivo de complementar a assistência médica aos beneficiários deste Plano de Saúde, de acordo com o art. 5º, VIII, da Lei Estadual nº 5.853, de 20 de março de 2006, nos moldes da Lei Federal nº 8.666/93, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

Os interessados em credenciar ou manter credenciamento com o Ipesaúde poderão acessar o inteiro teor do Edital de Credenciamento nº 02/2015 no site www.ipesaude.se.gov.br, a partir do dia 29 de dezembro de 2015.

DOWNLOAD EDITAL DE CREDENCIAMENTO No 02/2015[leia mais...](#)

○ Início
A Autarquia
Estrutura Administrativa
Serviços Disponíveis
Boleto do Beneficiário Facultativo
Guias de Recolhimento dos Órgãos
Credenciados por Município
Agenda Médica
Agenda Odontológica
Legislação
Telefones Úteis
Notícias
Fale Conosco
Cadastro de Beneficiários - Documentos Necessários

Outras Notícias

- [28/12/2015] EDITAL DE CREDENCIAMENTO No 02/2015
- [21/12/2015] Marcação de consultas no Ipesaúde será suspensa em virtude da decretação...
- [18/12/2015] Ipesaúde promove missa e comemorações natalinas em suas unidades
- [17/12/2015] Capacitação envolve agentes de limpeza do SPA e da sede do Ipesaúde
- [14/12/2015] SPA implantará sistema de classificação de risco para atendimento

Agência Sergipe de Notícias

- [28/12 - 10h45] Detran divulga mudanças no calendário de pagamento do Licenciamento/IPVA 2016
- [28/12 - 09h57] Governo revitaliza três praças em Malhador
- [23/12 - 17h35] Governo investe mais de R\$ 220 milhões em obras em Aracaju
- [23/12 - 14h35] Residencial do Porto D?Anta homenageará José Eduardo Dutra
- [23/12 - 14h30] Representantes do Governo do Estado fazem visita de cortesia ao TCE

Usuário:

Senha:

Entrar

Esqueceu a senha?

Cadastre-se agora.

O GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE declara que recebeu nesta data a matéria abaixo para publicação:

Identificação do REMETENTE:

Cliente: IPESAÚDE INST. DE PROM. DE ASSIST. A SA

Publicador: Viviane Cristina Barros da Silva

Data/Hora recebimento: 04/01/2016 11:02:44

Identificação da MATÉRIA:

Número: 72036

Título: EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 004-2015

Categoria: EXTRATOS DE CONTRATOS

Colunas: 3

Data(s) de publicação: 05/01/2016

Centimetragem (cm²)	Valor Unitário p/ cm²	Valor Total
63.09	R\$3.38	R\$213.24



alho importante e que
la o tempo para a reali-
maior autonomia à so-
is e serviços mediante

o de Sergipe está auto-
terno no valor de US\$
), junto ao Banco Inte-

elo execução do PRO-
das Redes de Inclu-
Secretaria de Estado
eja e operar a gestão
alzar o monitoramento
nsta nos instrumentos
Interamericano de De-

ano de Desenvolvi-
SEAIN – Secretaria de
Planejamento, a STN -
N – Procuradoria-Geral
zenda, que a Comissão
instituída pela Portaria
contrave-se apta para

JOSÉ MACEDO SOBRAL
Secretário de Estado da Saúde

Ipesaúde

Ipesaúde

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

O INSTITUTO DE PROMOÇÃO E DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE – IPESAÚDE, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 26, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, TORNA PÚBLICA A RATIFICAÇÃO DO PROCESSO SUPRA, QUE TEM POR OBJETO O SEGUINTE:

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos e ambulatoriais, visando à complementação dos serviços próprios do Ipesaúde.

BASE LEGAL: Art. 25, "caput" da Lei nº 8.666/93.
PARECER JURÍDICO: nº 612/2015.
DATA DO RATIFICÓ: 28/12/2015.

CHRISTIAN OLIVEIRA
Diretor Presidente do Ipesaúde

gação da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria – SE 000017/2015), nos termos da Planilha de custos em anexo.

PARECER JURÍDICO: 537/2015

DATA DE ASSINATURA: 30/11/2015

CHRISTIAN OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE

Segrase

SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE
Segrase

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2015

Contratante: Empresa Serviços Gráficos de Sergipe – SEGRA-SE.

Contratado: Empresa Comercial Confrio LTDA

Objeto: Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado.

Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias o vencimento das cartilhas dos beneficiários desta Autarquia, a contar a partir de 31 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos para o dia 31 de maio de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Aracaju, 02 de junho de 2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CHRISTIAN DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente do IPESAÚDE



PORTARIA G/PIESAÚDE Nº 97, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

O Diretor Presidente do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe - IPESAÚDE, no uso de suas atribuições legais dispostas no artigo 22, inciso IV, da Lei nº 5.853, de 20 de março de 2006 (Lei de criação do IPESAÚDE);

Considerando a necessidade de atualizar os processos de credenciamento instruídos pela Gerência de Contratos e Credenciamentos; **RESOLVE:**

Art. 1º - Revogar o Chamamento Público nº 691/1999, referente à contratação de serviços de saúde pelo IPESAÚDE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com a sua assinatura, quando, a partir de então, os serviços de saúde deverão ser contratados pelo Edital nº 02/2015 e respectivas atualizações, sob a fundamentação de preço único (Tabela IPESAÚDE). Gabinete da Presidência do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe - IPESAÚDE, Aracaju, 03 de junho de 2020.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CHRISTIAN OLIVEIRA
Diretor-Presidente do IPESAÚDE



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DO PREÇO
ELETÔNICO Nº. 055/2020**

Objeto: Contratação de empresa especializada na análises microbiológicas das águas utilizadas para o processo de Diálise, e a limpeza e desinfecção da caixa d'água responsável pelo abastecimento do setor de Diálise.

Contratante: Instituto de Promoção e Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Sergipe - IPESAÚDE
Vigência do Contrato: de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 60 meses.

Fonte de Recurso: 0270. Elemento de Despesa: 3390.39.05 Projeto/Atividade: 668. Classificação Funcional Programática: 04.122.0035 Unidade Orçamentária: 115.204

Base Legal: Leis fed. 10.520/2002 e 8.666/93. Leis Estad. 6.206/2007, 5.280 e 5.844, Decretos Estad. 26.531 e 26.533 de 2009.

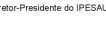
Contratada: HC CONSTRUÇÕES E PROJETOS CNPJ: 11.964.143/0001-95
Valor Total: 70.086,89 (setenta mil i cetera e sei reais e oitenta e nove centavos).

Adjuico em: 15/04/2020.

João Batista Santos
Pregeiro - SGCC/SEAD

Homologo em: 15/04/2020.

CHRISTIAN OLIVEIRA
Diretor-Presidente do IPESAÚDE



**AVISO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020**

O INSTITUTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE - IPESAÚDE, torna pública, para ciência dos interessados, a alteração do Edital de Credenciamento nº 02/2015, para incluir a possibilidade de credenciamento, sob a fundamentação de preço único (Lei nº 8.666/93, art. 25, "caput") os serviços previstos no ANEXO LXI.

- **TERMO DE REFERÊNCIA PARA CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS DE SAÚDE, NA CAPITAL.**

DO ESTADO DE SERGIPE, em complementariedade às unidades próprias.

Dessa forma, a partir da publicação deste aviso, os interessados poderão acessar o inteiro teor do Edital de Credenciamento nº 02/2015 e respectivos anexos, no site www.ipesaude.se.gov.br/ESP/NO DO PRESTADOR - CREDENCIAMENTO.

Aracaju, 03 de junho de 2020.

CHRISTIAN OLIVEIRA
Diretor Presidente do IPESAÚDE

DIVERSOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANIZAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2020**

A Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB - (Aracaju/SE) vem através deste, tornar pública, a abertura do Procedimento Licitatório, sob a modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2020**, que tem como Objeto a **Construção da Unidade Básica de Saúde da Família (UBS) Nicau Dantas, Bairro Zona de Expansão - Aracaju/SE. VALOR ESTIMADO: R\$ 838.425,65** (Oitocentos e Trinta e Nove Mil, Quatrocentos e Vinte e Cinco Reais e Sessenta e Cinco Centavos). **PRazo DE EXECUÇÃO:** 240 (Duzentos e Quarenta) dias. **RECURSOS ORÇAMENTARIOS PREVISTOS:** Orçãõ: 18 - SMS, Unidade Orçamentária: 18401, Projeto e Atividade: 2090, Código Orçamentário: 44.90.51. Fontes de Recursos: 12110000/12603110. Reserva de Dotação: 1540 e 1541/2020 e Termo de Cooperação Técnica nº. 01/2019 - EMURB/SMS. **REALIZAÇÃO: 23/06/2020. HORARIO: 09:00 horas. LOCAL: Sede da Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB, localizada na Avenida Augusto Franco, nº. 3.340, Bairro Ponto Novo - Aracaju/SE. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos/ examinados e/ou obtidos, no horário das 08h às 13h e das 15h às 17h, de segunda a sexta-feira, no Setor de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia no endereço acima. Serão também disponibilizados na página web, no endereço www.aracaju.se.gov.br/aracaicompras.**

Aracaju/SE, 03 de Junho de 2020.

Beª Maria Lucimara Silva Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação de Obras

LICENÇA SIMPLIFICADA Nº 42/2020 - SPDSMA/PMI
Meiremar Produtos Naturais Ltda, CNPJ Nº 04.785.156/0001-85, torna pública a concessão pela Secretária, a Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura de Itabaiana, da Licença Simplificada de nº 42/2020 para a atividade de Comércio varejista de produtos alimentícios em geral, localizado na Rua Augusto Maynard, 136 - Centro, Itabaiana/SE.

LICENÇA SIMPLIFICADA Nº 44/2019 - SPDSMA/PMI
Ludene do Nascimento - IE, CNPJ Nº 15.583.316/0001-01, torna pública a concessão pela Secretária, e Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura de Itabaiana, da Licença Simplificada de nº 44/2019 para a atividade de Oficina Mecânica, localizado na Rua Francisco Bragança, 1021, Bananeira, Itabaiana/SE.

TENERGISA SERGIPE DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta

CNPJ/MF: 13.017.462/0001-63 - NIRE: 28300000557

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), realizadas em 29 de abril de 2020, lavradas na forma de sumário: 1. Data, hora e local: Aos 29 dias do mês de abril de 2020, às 10h00, na sede da Companhia, localizada na Rua Ministro Apolinário Sales, nº81, Inácio Barbosa, Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. 2. Convocação e Presenças: Dispensada na forma do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença do único acionista representando a totalidade do capital social volante da Companhia, conforme se verifica das assinaturas no "Livro de Presença de Acionistas". Presentes, também, o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Roberto Carlos Pereira Currais e o representante dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., Alvaro Brito - RJ - 1277320-6. 3. **Mesa:** Presidente, o Sr. Roberto Carlos Pereira Currais; e Secretário, o Sr. Diego Oliveira Aguiar. 4. **Deliberações:** Pelo único acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, com abstenção dos legalmente impedidos, foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: 4.1. **Edl. Assembleia Geral Ordinária** 4.1.1 Autorizar a lavratura da ata a que se refere

esta Assembleia em forma de sumário, bem como sua publicação com emissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130 e seus §§, da Lei nº 6.404/76. 4.1.2 **Aprovar**, depois de examinados e discutidos, o relatório anual e as contas da administração, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do parecer emitido pelos auditores independentes, os quais foram publicados no dia 19 de março de 2020 no Diário Oficial do Estado de Sergipe, páginas 13 a 30, e no jornal "Correio de Sergipe", páginas A9 a A16, tendo sido dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404/76, na forma de seu §5º. 4.1.3 **Aprovar** o lucro líquido constante das demonstrações financeiras aprovadas, no valor de R\$ 147.096.633,05 (cento e quarenta e sete milhões, noventa e oito mil, seiscentos e trinta e três reais e cinco centavos). 4.1.4 **Aprovar** a destinação do lucro líquido, destinando-se o montante de (i) R\$ 7.354.931,66 (sete milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos) para a reserva legal; (ii) R\$ 112.902.890,96 (cento e doze milhões, novecentos e dois mil, oitocentos e noventa reais e noventa seis centavos) para o pagamento de dividendos, equivalentes a R\$ 577.481.908,169 por ação ordinária, tendo sido integralmente antecipados e quitados da seguinte forma: (i.a) em 20 de junho de 2019, o valor de R\$ 31.423.880,19, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 12 de junho de 2019; (i.b) em 20 de agosto de 2019, o valor de R\$ 26.170.013,16, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 08 de agosto de 2019; (i.c) em 08 de novembro de 2019, o valor de R\$ 25.707.886,97, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 07 de novembro de 2019; e (i.d) em 20 de abril de 2020, o valor de R\$ 29.601.110,62, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 12 de março de 2020; e (iii) R\$ 26.840.810,44 (vinte e seis milhões, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e dez reais e quarenta e quatro centavos) para a reserva de incentivo fiscal - redução do Imposto de Renda. 4.1.5 **Elger** para os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato de 02 (dois) anos, como titulares: (i) **Ivan Müller Botelho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 34.150, expedida pelo Ministério da Aeronáutica e inscrito no CPF/MF sob o nº 002.991.336-15, residente e domiciliado na cidade de Cataguases, Minas Gerais, na Av. Humberto Mauro nº 162, com escritório na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Pasteur nº 110 - 6º andar - Botafogo; (ii) **Ricardo Perez Botelho**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 04076607-3, expedida pelo IP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 738.738.027-91, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Pasteur nº 110, 6º andar, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ; (iii) **Marcelio Marques Moreira (Conselheiro Independente)**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 1003390, expedida pelo IP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.953.867-00, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua da Candelária, nº 9, 10º andar, Rio de Janeiro - RJ; (iv) **Omar Carneiro da Cunha Sobrinho (Conselheiro Independente)**, brasileiro, viúvo, economista, portador da carteira de identidade nº 1973718, expedida pelo IP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 632.328.697-34, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Visconde de Albuquerque, nº 899, Leblon, Rio de Janeiro - RJ; (v) **Marcelo Silveira da Rocha**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade RG nº 3.118.015-9, expedida pela SSP/SE, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.285.306-10, residente e domiciliado na Cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe, com escritório na Rua Ministro Apolinário Sales, nº 81, Inácio Barbosa, Aracaju, Sergipe; e (vi) **Sergio Alves de Souza**, brasileiro, casado, técnico em eletroeletrônica, portador da carteira de identidade RG nº 599.580 SSP/SE, inscrito no CPF/MF sob o nº 419.261.965-20, residente e domiciliado na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe, na Rua 59, nº 13 - Conjunto Eduardo Gomes, e como Suplente: (a) **Mauricio Perez Botelho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 04066824-6, expedida pelo IP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 738.738.107-00, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Pasteur, nº 110 - 6º andar, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, vinculado a qualquer dos membros do Conselho de Administração da Companhia; 4.1.6 Os Conselheiros eleitos declaram que (i) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme previsto no § 1º do art. 147 da Lei das S.A.; (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, conforme estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei das S.A.; (iii)

Instituto de Promoção e de Assistência à
Saúde de Servidores do Estado de Sergipe

PARECER Nº 612/2015

PROCESSO Nº 015.204.14706/2015-6

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Trata-se de processo administrativo de credenciamento, por meio do qual esta Autarquia busca credenciar rede de prestadores de serviços médicos ambulatoriais e hospitalares (consultas, métodos diagnósticos e tratamentos) e psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, odontologia, remoção de pacientes e assistência domiciliar, visando, dessa forma, melhorar e dinamizar o atendimento aos seus usuários.

Para tanto, justifica a assessoria técnica que referido procedimento dar-se-á por inexigibilidade.

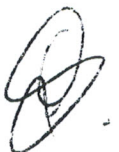
Com efeito, após devidamente instruído, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria Jurídica para análise e emissão de parecer.

É o que basta relatar.

Prima facie, é importante destacar que a presente análise aborda, tão somente, o aspecto legal do procedimento.

No que se refere a contratação por parte da Administração Pública, a Constituição Federal exigiu, em seu art. 37, XXI, que as obras, serviços, compras e alienações sejam realizados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.

Em outras palavras, por força de mandamento constitucional, a Administração só pode adquirir os bens e serviços necessários para o atendimento do interesse público por meio de um procedimento formal (alcunhado de licitação), tutelado por



Instituto de Promoção e de Assistência à
Saúde de Servidores do Estado de Sergipe
lei, em que, em condições de igualdade, deve sempre prevalecer a proposta mais vantajosa.

Essa é a regra.

Casos há, porém, que diante da singularidade do objeto a ser contratado ou do fornecedor e/ou a inviabilidade de competição, a própria Lei de Licitações, diante da impossibilidade de licitar o objeto, permite que a contratação se dê por inexigibilidade.

Diante de tal premissa, pergunta-se: O credenciamento caracteriza inviabilidade de competição tornando lícita a contratação por inexigibilidade?

Prima facie, é importante ressaltar que de longa data o ordenamento jurídico em vigor destaca que o credenciamento se mostra como uma alternativa viável para a Administração Pública.

Como tal, consoante consagrada doutrina nacional, é possível afirmar que o credenciamento é apenas a transferência, a particulares, de uma atividade técnica, meramente instrumental, não configurando delegação de poder de polícia, nem, muito menos, de serviço público.

Neste toar, não se pode deixar de destacar que, embora a figura do credenciamento esteja principalmente voltada para a execução, por particulares, dos serviços instrumentais necessários ao desenvolvimento das atividades de polícia administrativa, não se cinge exclusivamente a isso, pois alguns serviços de natureza pública ou de interesse público também são objeto de credenciamento, como é o caso de atividades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Vale mencionar que, em função da relevância pública e de suas especificidades, visando a manutenção e eficiência dos serviços, é usual a Administração contratar serviços médico-hospitalares através de credenciamento de clínicas, profissionais

Instituto de Promoção e de Assistência à
Saúde de Servidores do Estado de Sergipe
ou laboratórios que preencham determinados requisitos, a serem remunerados por
procedimentos, segundo tabela preestabelecida.

Dito isto, torna-se de fundamental relevo informar que o TCU – Tribunal de Contas da União adotou o referido sistema para prestar assistência médica aos seus próprios servidores, tendo como exemplo a utilização deste critério pela Previdência Social, para atendimento dos segurados em geral. Após corroborar o entendimento doutrinário segundo o qual o credenciamento pode ser entendido como *“a permissão de execução de serviços, caracterizada pela unilateralidade, discricionariedade e precariedade”*, registrou o Tribunal de Contas da União que o sistema de credenciamento atende aos princípios norteadores da licitação.

Este entendimento é balizado pelo TCU conforme TC-008.797/95-5 – Projeto de Resolução Relativamente à Assistência Médica. Neste estudo interno, o eminente Ministro Homero Santos advoga a inexigibilidade da licitação e a realização de um processo público de contratação muito semelhante ao aqui proposto, conforme segue:

- 1 – dar ampla divulgação, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local, podendo a Administração utilizar-se suplementarmente e a qualquer tempo, com vistas a ampliar o universo dos credenciados, de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional
- 2 – fixar os critérios e exigências mínimas para que os interessados possam credenciar-se, de modo que os profissionais, clínicas e laboratórios que vierem a ser credenciados tenham, de fato, condições de prestar um bom atendimento, sem que isso signifique restrição indevida ao credenciamento;
- 3 – fixar, de forma criteriosa, tabela de preços que remunerará os diversos itens de serviços médicos e laboratoriais, e os critérios de reajustamento, bem assim as condições e prazos para o pagamento dos serviços faturados;
- 4 – consignar vedação expressa do pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros (associação de



Instituto de Promoção e de Assistência à
Saúde de Servidores do Estado de Sergipe
servidores, p. ex), da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou
intermediação do pagamento dos serviços prestados.

5 –estabelecer as hipóteses de desc credenciamento, de forma que os credenciados que não estejam cumprindo as regras e condições fixadas para o atendimento, sejam imediatamente excluídos do rol de credenciados;

6 – permitir o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas;

7 – prever a possibilidade de denúncia do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, bastando que notifique ao TCU, com antecedência fixada no termo;

8 – possibilitar que os usuários denunciem qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento; e

9 – fixar as regras que devem ser observadas pelos credenciados no atendimento (como p. ex. Proibição de que o credenciado exija que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco)

Este estudo do Tribunal de Contas da União serviu de base para várias decisões desse tribunal, entre as quais podem se citar: Decisão 104/1995, Decisão 656/1995, Decisão 324/2000, Decisão 1027/2000, Decisão 112/1997, Decisão 98/2000, Decisão 324/1998.

Dessa forma, salta aos olhos que encontra-se fortemente consolidado junto ao Tribunal de Contas da União o entendimento de que o sistema de credenciamento “por inexigibilidade de licitação” (art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93) é um procedimento lícito, desde que se configure a inviabilidade de competição.

Dito isto, há que se concluir que o sistema de credenciamento deve ser norteado pelos princípios elevados no caput do art. 37, da Constituição Federal, e nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, o que o reveste de licitude, não podendo seu edital contrariar o estatuto licitatório.



Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe

Em outras palavras, para a contratação de serviços de saúde, nas situações de ausência de competição, onde o credenciamento é adequado, não precisa a Administração Pública realizar licitação, pois todos os interessados aptos serão aproveitados.

Tal situação, sem dúvida alguma reflete inexigibilidade de licitação, amparada no art. 25 da Lei nº 8.666/93, considerando-se as peculiaridades de que se reveste o procedimento – ausência de exclusividade e cunho não competitivo da seleção.

Lado outro, mister ressaltar que será sempre necessária a observância do procedimento da licitação quando surja possibilidade de competição objetiva entre os particulares.

O que não é o caso.

Por conclusão, temos, por indubitado, que o procedimento de credenciamento é uma alternativa viável para a administração e que, diante de suas peculiaridades, tem-se inviável a competição, ou seja, reflete inexigibilidade de licitação.

Por fim, ao se analisar o edital do procedimento em exame, verificamos que o mesmo obedeceu perfeitamente ao disposto na Lei nº 8.666/93.

Como se vê, a legislação aplicável ao caso exige, como forma de garantir que os procedimentos licitatórios não se afastem dos princípios que regem a administração, a sua estrita obediência.

Dessa forma, diante do que consta na minuta de edital em exame, há de se asseverar que a mesma não se afastou do contido na legislação que rege a matéria.



Instituto de Promoção e de Assistência à
Saúde de Servidores do Estado de Sergipe

Assim, tendo verificado o atendimento aos preceitos legais que regem a
matéria, opinamos favoravelmente ao procedimento.

É o nosso parecer s.m.j.

Aracaju, 22 de dezembro de 2015.



Ricardo Alcantara Machado

RICARDO ALCANTARA MACHADO
Diretor Chefe - PROJUR
OAB/SE 2876

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

OBJETO: Credenciamento para contratação de estabelecimentos de saúde, na forma e de acordo com a demanda do Ipesaúde.

BASE LEGAL: Art. 25, “caput”, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses.

PROCESSO: 015.204-14706/2015-6

JUSTIFICATIVA

O Instituto de Promoção e de Assistência À Saúde de Servidores do Estado de Sergipe – Ipesaúde, Autarquia Especial dotada de personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei Estadual nº 5.853 de 20 de março de 2006, inscrita no CNPJ nº 08.042.554/0001-63, vem apresentar justificativa referente à **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 004/2015** para fins de credenciamento de estabelecimentos de saúde, objetivando complementar os serviços próprios de saúde disponibilizados aos beneficiários do Plano, pelas razões abaixo delineadas:

Cuida-se de processo administrativo com o objetivo de credenciar rede de prestadores de serviços médicos ambulatoriais e hospitalares (consultas, métodos diagnósticos e tratamentos) e nas áreas de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, odontologia, remoção de pacientes e assistência domiciliar (home care), na forma disposta no **Edital nº 02/2015**, cujos termos encontram-se acostados ao autos.

Em regra, a Lei de Licitações determina que todos os serviços e produtos adquiridos ou contratados pela Administração sejam submetidos a procedimento licitatório. Apesar disso, a própria Lei define as situações em que, excepcionalmente, determinados serviços podem ou até mesmo devem, ser dispensados de licitação.

Segundo a doutrina de Joel de Menezes Niebhur, o credenciamento pode ser conceituado como espécie de cadastro em que se inserem todos os interessados em prestar certos tipos de serviços, conforme regras de habilitação e remuneração prefixadas pela própria Administração Pública. Todos os credenciados celebram, sob as mesmas condições, contrato administrativo, haja vista que, pela natureza do serviço, não há relação de exclusão, isto é, o serviço a ser contratado não precisa ser prestado com exclusividade por um ou por outro, mas é prestado por todos.

No caso, a política do Ipesaúde que permite aos usuários do Plano a demanda por livre escolha inviabiliza o processo para seleção de um único prestador; e ainda, o preço dos serviços médicos

prestados é previamente definido pela sua área técnica, tendo por base o estudo da realização de mercado, através de tabelas nacionalmente utilizadas para o mesmo serviço.

Em suma, tal contratação encontra fundamento no art. 25, "caput" da Lei nº 8.666/93, estabelecendo que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição entre possíveis fornecedores aptos a fornecer materiais ou executar determinados serviços.

Assim sendo, resta configurado o atendimento do disposto no art. 25, "caput" da Lei nº 8.666/1993. De forma a cumprir os requisitos elencados no art. 26 da mesma lei, submetemos a presente Justificativa para ratificação do Diretor Presidente do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe, e posterior publicação no Diário da Oficial do Estado de Sergipe.

Aracaju, 28 de dezembro de 2015.



EMANUELA TAVARES SAMPAIO

Assessoria Técnica/GECONC/PROJUR

RATIFICO.

Em, 28/12/2015



CHRISTIAN OLIVEIRA

Diretor Presidente Ipesaúde